

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração: A Movecta encerrou o ano de 2025 com muitos desafios superados, reafirmando seu diferencial como o único operador logístico com terminais alfandegados nos principais hubs marítimos do país, incluindo Santos, Suape e Itajaí, oferecendo soluções seguras, confiáveis e eficientes do porto até a porta de seus clientes.

Dando continuidade ao plano estratégico estruturado no ano anterior, elaborado com o apoio de uma consultoria europeia especializada, a Companhia manteve seu foco em se consolidar como o principal parceiro logístico em importação e exportação para segmentos estratégicos selecionados. Esse movimento segue sustentado por investimentos em sua organização, infraestrutura e transformação digital, sempre com foco na melhor experiência do cliente, além do fortalecimento de uma cultura orientada à criação de valor, agilidade e rentabilidade. A Companhia, ainda, investiu forte em sua estrutura de pessoas em 2025 para garantir a plena execução de seu plano estratégico para os próximos anos.

Nós, da equipe da Movecta S.A., seguimos como agentes de transformação, conscientes do nosso papel na geração de valor para nossos clientes por meio de soluções inovadoras e personalizadas. Expressamos nossa gratidão aos colaboradores, clientes, fornecedores e a todos que compartilham conosco o propósito de promover essa transformação.

Rodrigo Casado-CEO

1. Contexto Operacional

1.1. Perfil da Companhia A Suata Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Alfandegado S.A é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Ipojuca-Pernambuco. A companhia passou a integrar o Grupo Movecta a partir de dezembro de 2010, sendo atualmente, controlada pela Atlântico Terminais S.A. unidade operacional formada por dois contratos de arrendamento firmados com SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, sendo um CT no 58, de 2000, da Suata, com 41.000 m² e outro CT no S/N, de 1992, da Atlântico, com 50.000 m². A companhia tem por objeto social principal estabelecer armazéns gerais, frigoríficos ou não, para a guarda e conservação de produtos sob o frio ou mercadorias “secas”, emitindo títulos especiais que os representem; executar quaisquer serviços que lhe sejam incumbidos pelos depositantes das mercadorias e que com ela se relacionem; exercer a atividade de operadora portuária; armazenar produtos saneantes, domissanitários, correlatos, higiene pessoal, cosméticos, perfumes, farmacêuticos e outros não frigorificados; participar em outras sociedades nacionais e estrangeiras, transporte multimodal de cargas, em geral em todo território nacional e exterior; aluguéis de máquinas, equipamentos e veículos; fumigação, reparos de containers e a realização de serviços de despachantes aduaneiros. A Suata, cujo contrato de arrendamento (CT no 58, de 2000) venceu em 29 de janeiro de 2021, vem sendo operada desde então por meio de contratos de transição sucessivos assinados com o Poder Concedente - SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. A outra área (Atlântico - 50.000 m²) é explorada por meio de contrato de arrendamento (CT S/N, de 1992) que possui vencimento em 08 de abril de 2026. Já está em processo de formalização com o Poder Concedente contrato de transição unificado para a exploração das duas áreas, que terá validade de 12 meses e será renovado sucessivamente até a efetiva licitação da área.

2. Resumo das principais políticas contábeis e Base de preparação

A íntegra das demonstrações financeiras e notas explicativas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia Rua Guararapes, 1909 Edifício Baronesa 9º andar, Brooklin Novo - São Paulo/SP. **2.1-Base de preparação Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A emissão dessa demonstração contábil foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 27 de abril de 2026. As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.2-Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3-Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.4-Contas a receber de clientes:** Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). A provisão para crédito de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.5-Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos

pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **1) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado, calculada pelo método linear tendo como base o tempo de vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **2.6-Investimento em controladas:** Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e as práticas contábeis adotadas são uniformes àquelas adotadas pela Companhia. Em 31.12.2025 a empresa Suata não possuía investimentos em controladas registrados em seu balanço. **2.7 Intangível: 1) Concessões de serviços públicos:** A companhia possui concessões de serviços públicos decorrentes dos contratos de arrendamentos. Essa companhia atua sob regime de concessão, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC no 01 (R1) - "Contratos de Concessão", em função do preço não ser regulamentado pelo poder concedente. Dessa forma, não foram efetuados ajustes ou reclassificações nas demonstrações contábeis da Companhia em decorrência desse pronunciamento. **2) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução aos valores recuperáveis acumulados. **3) Amortização:** A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, se aplicável. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **2.8-Redução ao valor recuperável-impairment:** A Companhia efetua análises sobre a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do período. **2.9-Fornecedores:** Reconhecidos pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços. **2.10-Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Em 2025, a Companhia não possuía empréstimos contratados em seu balanço. **2.11-Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **2.12-Reconhecimento de Receita:** Receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para as entidades; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para a atividade da Companhia (atingimento da obrigação de performance). Nos contratos de receita firmados, a Companhia atua como agente principal, reconhecendo a receita à medida que os serviços são efetivamente prestados. Com base na análise dos termos contratuais, a Companhia entende que os serviços oferecidos são integrados em uma única obrigação de performance, não sendo identificadas promessas distintas que exijam a segregação do preço da transação. Dessa forma, a totalidade da contraprestação pactuada é reconhecida como receita de forma unificada, sem necessidade de alocação entre diferentes componentes contratuais. **2.13-Imposto de renda e contribuição social-corrente e diferido:** O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados, quando aplicável, com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas destes impostos definidas, atualmente, para determinação destes créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável, que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Um ativo de IRPJ e de CSLL diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração do Grupo efetuou o estudo da projeção de lucro tributável futuro e não constatou indícios de redução aos valores registrados. A Companhia se respalda e fundamenta através de estudo técnico de viabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros trazidos a valor presente, realizado por empresa independente e especializada. **2.14-Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral. **3- Uso da Estimativa e Julgamento:** A preparação das Demonstrações Contábeis individuais, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir

dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisitadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4-SUDENE: No ano de 2023 a Companhia pleiteou perante a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) o benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda. Para a Suata Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Alfandegado S/A CNPJ no 03.928.105/000101 foi pleiteado no modelo “Modernização”, tendo sido concedido o direito legal ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que representa uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis devido sobre o lucro da exploração da operação de transporte, armazenagem e movimentação de containers na área portuária do Porto de Suape, mediante ADE EBEN/DE-VAT/SRRF04/RFB no 0.151, de 02 de junho de 2023 e Laudo Constitutivo no 0023/2023, para o período de fruição 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2032.

Rodrigo Casado – CEO

Nicolas Bortoleto Oliveira – CFO

Lizzy Charng Huey Tung – Controller – CRC SP271388/O5